



PARECER PRÉVIO Nº 18/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11847/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Nonato do Nascimento Tenazor (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2886/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor**, Prefeito Municipal de Atalaia do Norte, no exercício de 2016, nos termos do art. 22, inciso III, “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Determinar à Câmara Municipal de Atalaia do Norte**, o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor**, Prefeito Municipal de Atalaia do Norte no exercício de 2016.

- 11- **Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e



ACÓRDÃO Nº 18/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11847/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Nonato do Nascimento Tenazor (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2886/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2016.

Irregularidade. Determinação. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor**, Prefeito Municipal de Atalaia do Norte, no exercício de 2016, por graves infrações à norma legal, nos termos do art. 22, inciso III, "b" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor** no valor de **R\$ 13.152,36** (Treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) pelo atraso no envio dos Balancetes Mensais via sistema E-Contas, de Janeiro a Dezembro de 2016, sendo **R\$ 1.096,03** (Hum mil e noventa e seis reais e três centavos) por mês de atraso, conforme restrição 1 da DICAMI no Relatório Conclusivo nº 29/2018- CI/DICAMI (fls. 1186/1237), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM.
 - 10.2.1. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
 - 10.2.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei



ACÓRDÃO Nº 18/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Nonato do Nascimento Tenazor no valor de R\$ 3.288,09, (Três mil, duzentos e oitenta e oito reais e nove centavos) pelo atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre de 2016, conforme item 02 da alínea “b” do Relatório nº 134/2017 - DICREA (fls. 540/569) e ausência de envio do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º e 3º quadrimestres de 2016, conforme restrição 02 dos itens sugeridos pela DICREA à DICAMI para serem notificados, os quais foram analisados no Relatório Conclusivo nº 29/2018- CI/DICAMI (fls. 1186/1237), sendo **R\$ 1.096,03** (Hum mil e noventa e seis reais e três centavos) por competência, com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.3.1. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

10.3.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Nonato do Nascimento Tenazor no valor de R\$ 6.576,18 (Seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) pelo não envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária relativos ao 2º, 3º, 4º e 5º bimestres de 2016, conforme item 01 da alínea “b” do Relatório nº 134/2017 - DICREA (fls. 540/569) e ao 1º e 6º bimestres de 2016, conforme item 1 dos itens sugeridos pela DICREA à DICAMI analisados no Relatório Conclusivo nº 29/2018- CI/DICAMI (fls. 1186/1237), sendo **R\$ 1.096,03** (Hum mil e noventa e seis reais e três centavos) por bimestre, com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.4.1. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

10.4.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



ACÓRDÃO Nº 18/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Nonato do Nascimento Tenazor no valor de **R\$ 12.000,00** (Doze mil reais), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, pelo conjunto das seguintes impropriedades:

a) Restrições 1.1, 1.2, 1.4; 2.2, 2.3, 2.7; 3.1, 3.2 e 3.4 da DICOP no Relatório Conclusivo nº 089/2018 – DICOP (fls. 1174/1185);

b) Restrições 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15 e 16 da DICAMI no Relatório Conclusivo nº 29/2018- CI/DICAMI (fls. 1186/1237);

c) Restrição 4 da DICREA, que foi sugerida à DICAMI para notificação e analisada no Relatório Conclusivo nº 29/2018- CI/DICAMI (fls. 1186/1237).

10.5.1. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

10.5.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº 18/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição